

ACTA Nº. 10/2010

DA REUNIÃO Ordinária Pública
DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO
REALIZADA NO DIA 28-05-2010

PRESENTES

PRESIDENTE	Dr. Alexandre Vaz
VICE- PRESIDENTE	Sr. Paulo Santos
VEREADORES	Dr. Nuno Bártolo
	Engº Jorge Figueiredo
	Drª Zélia Silva
	Drª Rosa Carvalho
	Sr. Joaquim Lopes

HORA DE INÍCIO: 09,30 horas

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

A Câmara, por unanimidade, aprovou a acta nº9/2010.

Foi entregue aos Vereadores o convite relativo ao XX Convívio dos Trabalhadores dos Impostos do Distrito de Viseu, que este ano é organizado pelas Finanças de Sátão.

Sr. Presidente da Câmara: Deixa um voto de agradecimento à *Associação dos Originários de Ferreira de Aves* pela forma calorosa e amigável com que foram recebidos em França.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Informa que as obras para a captação no Vouga estão a decorrer; já foram abertos furos no Carvalhal de Romãs e Rãs e esperam com isto resolver os problemas de água nessas localidades, estando só a aguardar que a EDP orçamente a ligação eléctrica porque já está tudo montado.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Comunga inteiramente da opinião do Sr. Presidente da Câmara em relação à recepção em França pela *Associação dos Originários de Ferreira de Aves* porque foram muito bem recebidos. Dá os parabéns à Associação na pessoa do Sr. Joaquim, sendo o primeiro ano, houve uma mobilização muito grande e uma boa organização.

Passa a focar vários pontos:

- **Intervenção no Vouga:** uma vez que o calendário está a começar de apertar e tendo em conta que o prazo de execução da obra é de 3 meses, segundo informação que têm, tinha intenção de perguntar se as obras já tinham iniciado mas folga em ter conhecimento da informação prestada pelo Sr. Vereador Paulo;

- **Processo de Revisão do PDM:** pergunta se o Eng.º Vítor já fez chegar a documentação à Câmara e se o Eng.º Morais já tem nas suas mãos essa documentação para começar a trabalhar na Revisão do PDM. Em termos de Câmara, parece-lhes que tem havido alguma hesitação e que essa hesitação está a materializar-se no atraso da Revisão do PDM. Há um tempo atrás foram informados pelo Sr. Presidente de Câmara que existiam dificuldades devido aos problemas de saúde do Eng.º Vítor e que nessa

sequência que estava a pensar transferir o processo de Revisão do PDM para outra empresa, na altura falou numa empresa em Viseu. Entretanto, na última reunião, foram confrontados com uma solução diferente: o Sr. Presidente desistiu da ideia e optou por encarregar o Sr. Eng.º Morais desse trabalho, com o apoio dos Serviços Técnicos da Câmara, acrescentando que ia aguardar 2-3 meses para ver a evolução dos trabalhos e caso isso não resultasse pensaria noutra solução. Os Vereadores do Partido Socialista são os primeiros a reconhecer que o processo de Revisão do PDM não é uma coisa fácil, é um trabalho árduo, difícil e complexo, que envolve muitas entidades mas querem deixar esta crítica porque parece-lhes que tem havido alguma hesitação por parte do Sr. Presidente e essa hesitação tem causado e materializado algum atraso no processo de Revisão do PDM.

- **Extensão de Saúde do Avelal:** deixam um alerta para ver até que ponto a Câmara tem possibilidade de resolver esta situação: segundo informação de algumas pessoas, os utentes daquela Extensão de Saúde, provenientes das freguesias de Decermilo, Romãs, Vila Longa e Avelal, que necessitam de consulta, têm que ir relativamente cedo para terem a consulta que pretendem e não têm condições para estarem ali à espera. Muitas vezes são pessoas de idade e não têm um banco para se sentarem, nada para se abrigarem da chuva. Queriam deixar registada esta preocupação para que o Sr. Presidente da Câmara fale com o Director do Centro de Saúde de Sátão, e com o Presidente da Junta de Freguesia de Avelal, no sentido de melhorar a situação dos utentes que estão ali à espera de uma consulta;

- **Projecto das rotundas:** pergunta em que ponto está o projecto da rotunda na Rua Francisco Sá Carneiro e da outra ao fundo da Urbanização Vila Rosa, uma vez que o Sr. Presidente informou na última Reunião de Câmara que estaria pronto dentro de 10 a 15 dias;

- **Feira Quinzenal de Sátão:** é com algum lamento que verificam mais uma vez que a Feira Quinzenal está a realizar-se em condições que não dignificam ninguém, nem a Câmara, nem o Sr. Presidente, nem os feirantes ou as pessoas que se deslocam lá. Sabem que o espaço da Feira está a ser alvo de uma intervenção mas pensam que aquela intervenção não foi devidamente equacionada: já sabem há vários meses que a Feira se realiza sem condições, agora passou para a rua, há dificuldades de estacionamento e portanto pensam que esta situação tem que ver com uma menos boa projecção das coisas por parte da Câmara, que se apressou em deslocar a Feira para aquele local sem ter dado condições e agora obrigou a que a Feira se deslocasse novamente. Isto tem que ver com a falta de visão e a falta de bem projectar as coisas. Os maiores prejudicados são sempre os mesmos, os comerciantes, que pagam para trabalhar ali, pelo que deveriam ter condições, e que têm cada vez mais dificuldades e vêem o seu negócio cada vez mais emagrecido por uma boa quota-parte de responsabilidade da Câmara Municipal, que insiste em maltratá-los e não lhes dar condições;

- **Habitação Social:** Os Vereadores do Partido Socialista propuseram o dia 14 de Maio para a realização de uma reunião com os moradores da Habitação Social. Entretanto, a Câmara não disse mais nada. Gostariam que fosse agendada com algum brevidade por causa de uma situação que ocorreu no fim-de-semana anterior, em que um indivíduo de etnia cigana terá ameaçado com uma faca um GNR que se deslocou ao prédio para almoçar em casa de uma família de não etnia cigana, porque este teria atuado em tempo um dos indivíduos de etnia cigana. Sabem que existem problemas de convivência entre as várias pessoas e por isso mesmo solicitaram a reunião. Também sabem que o Sr. Presidente está empenhado em tentar pacificar e resolver os problemas que existem. Pensam que a Câmara deve falar a uma só voz, embora o Sr. Presidente tenha responsabilidade acrescida, por isso têm que se estabelecer ali regras a sério. Admitem

que se trata de pessoas carenciadas, com poucas condições económicas, mas estão a usufruir de um bem de certa forma “excepcional” porque a generalidade dos cidadãos habita numa casa arrendada ou numa casa que com esforço construiu ou comprou. Se têm esta benesse do ponto de vista social, porque a Câmara dá-lhes uma habitação com o mínimo de dignidade para viverem, na mesma medida a Câmara tem que exigir um comportamento que se coadune com esta situação. Pensa que aqui, a uma só voz, têm que ter “mão pesada”: esclarecer devidamente as regras e comunicar que se estas situações se repetem e continuam, as pessoas que adoptarem esse tipo de comportamento terão que se sujeitar a perder eventualmente o direito à habitação que têm porque não têm direito de estar a perturbar a tranquilidade dos outros;

- **Regulamento de taxas:** refere que embora o Regulamento das Taxas tenha sido aprovado pelo Sr. Presidente e os Vereadores do PSD, sendo que os Vereadores do PS votaram contra, pensam que se poderia abrir algumas excepções. Têm a faculdade de trazer a qualquer momento à Câmara uma ou outra alteração que se revele necessária. O que têm verificado de algum tempo para cá, e tendo em conta o contexto de crise, é que os comerciantes no Sátão estão a definhar cada vez mais: alguns estabelecimentos comerciais que estavam cá há muitos anos, encerraram, e os outros vão-se aguentando com grandes dificuldades. Pensa que é altura de manifestarem uma ajuda concreta aos comerciantes e sugere que a Câmara tenha abertura e flexibilidade para, por exemplo, pensar numa redução ou até isenção, a título de excepção, da taxa que é paga pelos comerciantes para o estacionamento que têm à frente do seu estabelecimento comercial. Informa que tem havido algumas queixas por parte dos comerciantes e como são 250€ por ano, por lugar, pensa que não é isso que vai interferir com o orçamento anual da Câmara de uma forma importante. Além disso, seria uma ajuda significativa que se dava aos comerciantes. Propõe uma isenção provisória, por um ano por exemplo, para ver se esta crise se diluía e quando as coisas economicamente melhorassem, restabeleciam essa taxa;

- **Limpeza dos caminhos:** sabendo que poderá não haver uma responsabilidade directa por parte da Câmara Municipal, refere que deve haver um esforço, em articulação com as Juntas de Freguesia, para uma boa coordenação quanto à limpeza dos caminhos do concelho. Tivemos um inverno muito chuvoso, que favoreceu o desenvolvimento das ervas, e verificaram que, de uma forma mais ou menos generalizada pelo concelho, as ervas estão muito crescidas e há caminhos que começam a ficar afunilados. Tem que se reforçar nos próximos tempos os trabalhos de limpeza de bermas e caminhos;

- **Construção na Corujeira:** em relação a uns prédios rústicos na Corujeira, está a decorrer uma construção mas têm uma cópia da sentença do Tribunal de Sátão, que está a ser agora apreciada em sede de recurso em Coimbra, porque houve um litígio. O Sr. Paulo Alexandre da Mota Amaro e Catarina Manuel Dias de Sousa meteram uma acção no Tribunal porque arrogavam-se com o direito de preferência sobre uns prédios, contra os vários vendedores dos referidos prédios, e foi metida contra Marciano Santiago da Fonseca, que será o indivíduo que adquiriu esses prédios. O que resulta desta decisão em primeira instância, é que o Tribunal de Sátão reconheceu à Catarina Manuel Dias de Sousa e ao Paulo Alexandre da Mota Amaro o direito de preferência na aquisição desses terrenos. A informação que têm é que num desses prédios está a acontecer uma construção e para haver uma construção tem que ser autorizada pela Câmara Municipal. Para haver um licenciamento de obra, tem que estar definido o proprietário do prédio e é nesse sentido que pedem esclarecimentos ao Sr. Presidente: perguntam se há uma obra em curso, se está devidamente licenciada, se a Câmara emitiu a licença, e se emitiu, com base em que documento de propriedade uma vez que neste momento aqueles prédios, em termos de direito de propriedade, são uma propriedade litigiosa. Há uma

decisão que pode ser contrariada ou mantida em Coimbra. Pensa que a Câmara actualmente não tem elementos suficientes para definir o proprietário dos prédios em apreço;

- **Situação na Silvã de Baixo:** deixa um alerta à Câmara e ao Sr. Vereador Paulo no seguimento de 2 ou 3 queixas: parece que na Silvã de Baixo, talvez por excesso de pressão da água, há 2 ou 3 situações em que o filtro que é colocado junto ao contador, no prazo de poucos dias, tem rebentado. Dá o exemplo concreto do Sr. Agostinho que mora na Rua Santa Luzia, já é o terceiro filtro que colocou no espaço de pouco dias;

- **Situação ao fundo do Barro Branco entre o Sr. António e o Sr. Orlando que está aposentado do Tribunal:** houve o alargamento de um caminho, o alinhamento na altura foi feito pela Junta de Freguesia de Sátão, e nesse sentido o Sr. António cedeu 1 metro de terreno e foi levantado um muro com duas ou três fiadas de blocos em relação ao nível da estrada porque entretanto o caminho foi alcatroado. Estão agora a exigir ao Sr. António que o muro passe a ter 17 cm de altura. Informa que se deslocou ao local, e dá a ideia de que o Sr. Orlando tem ali espaço suficiente para entrar e sair da garagem. Uma vez que sacrificámos o Sr. António, que teve de ceder 1m e meio de terreno, não entende porque vamos sacrificá-lo de novo exigindo que corte parte do muro quando o espaço de entrada para a garagem é suficiente. Acrescenta que quando o Sr. Orlando implantou as garagens, o espaço que tinha para a manobra era um caminho mais estreito do que o que existe agora. Ele é que, de uma forma mais ou menos irresponsável, avançou muito com as garagens. Também se coloca ali outro problema: aquela zona é bastante acentuada, o muro que se pretende cortar ficando baixo, há o perigo das águas que escorrem poderem transpor para o lado de baixo. Acha abusivo exigir o corte do muro quando o Sr. António já cedeu 1 metro e meio de terreno. Além disso, deve ser assacada alguma responsabilidade a quem avançou tanto com as garagens, além de ter espaço suficiente para entrar.

- **Construção de um muro no Avelal:** traz este assunto com alguma preocupação porque há uma licença emitida pelas *Estrada de Portugal S.A.*, a permitir ao Sr. António de Albuquerque Gomes Ferreira a construção de um muro com determinadas características. No entanto, esta licença tem um prazo de 30 dias. Sabe que o pedido já entrou nos Serviços Técnicos da Câmara e solicita ao Sr. Presidente se tem possibilidade de dar resposta a este pedido dentro do prazo dos 30 dias e de saber em que ponto está;

Termina referindo que há certas situações que lhe custa entender: tendo em conta o contexto de crise e o facto do Sr. Presidente falar sempre em preocupações de gestão e economia de recursos, não percebe por que é que na obra de ampliação do Cemitério, na construção dos muros que estão a ser feitos na parte interior que servem de divisões entre os vários quarteirões, vêm pedra aparelhada, bonita, de óptima qualidade, que está a ser enterrada com alguma profundidade. Pergunta por que é que a Câmara não colocava aquela pedra a partir da face do solo para cima porque o resto é mal empregado, podia ser pedra de menor qualidade ou até betão. Deixa esta crítica porque é um desperdício de recurso.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Em relação às acessibilidades à Vila, volta a sublinhar que junto à EB1 de Sátão há ali um contratempo e não é só por um período de 2 ou 5 minutos, às vezes estende-se por muito mais tempo. Reconhece que a entrada da escola é ali e que não é fácil alterar-se mas podia ser solucionada se as acessibilidades à Vila fossem resolvidas. Lembra que o Sr. Presidente lhes mostrou um projecto, ou um esboço de projecto porque ainda não era o definitivo, está no Plano de Actividades, pelo que gostaria de saber o ponto da situação.

A Sr.^a Vereadora Rosa Carvalho: Pergunta se o Sr. Presidente já tem agendada a discussão da construção do 3º Centro Educativo. Como professora, e agora Vereadora da Câmara, é muitas vezes interpelada pelas pessoas, sobretudo encarregados de Educação, para saber se tem informação sobre este assunto. Também porque o Sr. Presidente disse que brevemente traria esse assunto a Reunião de Câmara e porque já referiu que gostava de ver as crianças do concelho com boas condições físicas nas escolas. Questiona também se não estarão de alguma forma a pôr em risco as ajudas económicas que poderiam ter se apresentassem já algum projecto. Em relação à comemoração do Dia Mundial da Criança, questiona a data escolhida de 10 de Junho uma vez que o Dia da Criança é dia 1, há um espaço de tempo muito grande até a comemoração, gostava de saber o porquê.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Como tem referido em quase todas as reuniões, e isso tem acontecido quase em todas as reuniões públicas, o que não percebe, o Tempo Antes da Ordem do Dia é limitado. A lei estabelece que é limitado e que deve ser restrito a assuntos que não estão na Ordem de Trabalhos mas que apresentam uma certa urgência na sua resolução. Estão aqui com uma série de assuntos, que por vezes até exigem que o Sr. Presidente da Câmara vá consultar processos para dar respostas e pensa que alguns podiam ser agendados. Deixa este alerta. Refere que houve uma série de intervenções por parte do Sr. Vereador Nuno Bártolo que dão a entender que já estamos em campanha: explica que o assunto do PDM tem sido tratado com uma seriedade, celeridade e intensidade que é de notar mas reconhece que é um assunto apetecível porque foi objecto de campanha de todos os partidos e parece que fica bem andar a falar nisso para atribuímos culpa a alguém. Em relação à água na Silvã de Baixo, informa que esta questão já lhe foi transmitida, sabe que este problema existe e já falou com o Sr. Agostinho, pelo que pensava que já estava ultrapassado. Refere que é o 1º ano que isto acontece, informou os senhores que estão no fundo da Silvã de Baixo, e fez o mesmo com todos os habitantes ao fundo da Rua Conde D. Henrique, junto às bombas de gasolina, para colocarem uma válvula de retenção, que depois podem regular, e não um filtro. É natural que na Silvã de Baixo, no Inverno, tenham um pouco mais de pressão mas a água para ali não vai directamente de nenhuma bomba, há um depósito na Silvã de Cima e a água sai do depósito numa conduta, essa pressão que terá a mais deriva do próprio peso da água.

O Sr. Presidente da Câmara: Começa por referir que em relação ao PDM não há hesitação nenhuma, depois de tomar uma atitude não hesita, nem é a sua maneira de ser: explica que em primeiro lugar tiveram que confirmar se haveria alguém na Câmara disponível e capaz de tratar da Revisão do PDM. O Eng.º Morais comprometeu-se a tratar desse processo e o Chefe da DUSU confirmou o seu apoio. Salienta, conforme disse na última reunião, que as coisas quando são orientadas pela Câmara Municipal têm duas vantagens: economia de recursos e são melhor apreciadas porque há um conhecimento muito maior do terreno. Se esta opção não resultar é natural que tenha que mudar de atitude. Refere que está convencido que o PDM vai andar a uma velocidade razoável. Informa que depois de várias tentativas e muitas delas porque o Eng.º Vítor se encontrava no hospital em tratamentos, o Eng.º Morais e o Topógrafo deslocaram-se a Aveiro na semana anterior e foi-lhes transmitida toda a documentação. Salienta que o PDM andou muito bem até Julho-Agosto do ano passado e a partir daí sofreu um atraso sobretudo devido à doença da pessoa responsável pela Revisão. Em relação à Extensão de Saúde do Avelal, relembra que a questão da Saúde não depende

da Câmara Municipal mas da Administração Central. Foram concedidas mais horas à médica que está lá para poder gerir as consultas uma vez que a Administração Central até à data não colocou nem abriu nenhum concurso para colocar um médico no concelho apesar de estarmos numa situação muito complicada. Em relação aos utentes, falará com a Junta de Freguesia para ver a hipótese de arranjar um coberto na parte exterior uma vez que o prédio é particular, pertence à Fundação Elísio Ferreira Afonso e pedirão autorização às *Estradas de Portugal S.A.*, para resolver a situação. Relativamente às rotundas, informa que a rotunda da entrada do Tojal está pronta e que estão a tratar do projecto da parte de cima, provavelmente dentro de 15 dias estará pronto mas neste momento estão também com outro projecto urgente que devem terminar na próxima segunda-feira. Lamenta as palavras proferidas pelo Sr. Vereador Nuno Bártolo em relação à Feira Quinzenal: refere que a mesma esteve tanto tempo sem ninguém lhe dar jeito, continuava de qualquer maneira até que chegou alguém que tentou pô-la como devia ser. Veio a Reunião de Câmara o projecto, foi feito um concurso público e desse concurso faz parte o arranjo da Feira Quinzenal, a vedação, o alcatroamento, os muros, as casas de banho, a água, a luz, o saneamento e até um pequeno parque para acamparem as caravanas. Refere que teve o cuidado, 15 dias antes de mudar a Feira, de enviar os fiscais da Câmara Municipal para falar com todos os feirantes, um por um, para explicar onde deviam ficar nos próximos dias por motivos de obras no recinto da Feira. As coisas não foram feitas de qualquer maneira e salienta que foi tudo planeado, fizeram inclusivamente uma planta com os lugares onde as pessoas iam ficar e foi transmitido a todos os feirantes. Para fazer as obras, as pessoas tinham que mudar para algum lado e o melhor sítio era aquele. Informa que o prazo de execução da obra é de meio ano. Reconhece que os feirantes estão com piores condições agora mas depois ficarão muito melhor. A Feira de Sátão ficará com um espaço dos melhores aqui à volta. Refere que não se pode culpar a Câmara da diminuição do número de feirantes, da diminuição do número de pessoas e conseqüentemente do emagrecimento das vendas, é uma situação geral que acontece com todas as feiras, a de Lamas, a de Vila Nova de Paiva e o Governo é que tem uma quota-parte de responsabilidade porque as pessoas, infelizmente, vivem pior e têm menos dinheiro. Em relação à marcação de uma data com os moradores da Habitação Social, da primeira vez não houve disponibilidade por parte dos Vereadores do Partido Socialista, da segunda vez não tinha disponibilidade para a data por eles proposta, pelo que propõe a próxima terça-feira às 16h ou noutra dia a combinar. Em relação ao incidente que ocorreu na Habitação Social, refere que o Sr. Vereador Nuno Bártolo quer responsabilizar a Câmara por uma situação na qual a Câmara não tem qualquer responsabilidade. É uma questão de segurança e isso faz parte da Administração Central. Neste caso a segurança é que devia actuar com “mão dura”, de forma exemplar, é o que devia ter acontecido, ainda por cima tratando-se de um colega. A GNR do concelho não depende da Câmara Municipal. Teve conhecimento dessa situação, lamenta esse episódio, mas volta a insistir no facto de depender única e simplesmente da segurança que este país tem. Refere que todos os dias nos confrontámos com situações destas quer da justiça, porque não actua, quer da segurança. Em relação à limpeza de bermas, explica que dentro das aldeias, a Câmara Municipal distribui um subsídio às Juntas de Freguesia para fazerem a limpeza; fora das aldeias, é da responsabilidade da Câmara Municipal. Têm verificado que um “limpa-bermas” para o concelho todo não é suficiente. Por isso, a Câmara Municipal adquiriu outro, que será entregue hoje ou para a semana, já têm o dinheiro para o pagar a pronto. Assim que o tiverem vão pôr os dois “limpa-bermas” a trabalhar no concelho. Em relação à isenção das taxas, relembra que faz parte de um Regulamento e que só quem quer é que pede um lugar cativo à frente do

estabelecimento ou loja. Se pretendem o lugar cativo, tem que haver uma contrapartida financeira senão todos os comerciantes do concelho vão pedir um lugar, mesmo os que não o têm neste momento. Tem que haver justiça, se a pessoa quer um lugar porque precisa dele, tem que haver um pagamento à Câmara Municipal, como há em todo o lado, uma vez que é um lugar público. Acrescenta que para resolver esta situação, só alterando o Regulamento, e para isso teria de vir a uma Reunião de Câmara e depois à Assembleia Municipal. Em relação à situação no Barro Branco, explica que na Câmara anterior, o Sr. António pediu o alinhamento para o muro e não o chegou a fazer porque o alinhamento que lhe foi dado na altura pelo Técnico da Câmara era mais largo do que o que lá está agora. O Sr. António não concordou e não fez o muro. Depois disso, o Sr. Presidente da Junta de Sátão, sem autorização da Câmara Municipal, colocou os muros alinhando o muro do lado direito mais ou menos como devia ser mas não o do lado esquerdo. Na altura a Câmara deslocou-se ao local para puxarem o muro da esquerda mais atrás mas não chegaram a acordo. Mais tarde, o outro Sr. veio queixar-se que antes não tinha lá muro nenhum e que agora para entrar na garagem tinha dificuldades, sobretudo para tirar o carro. Para não mexer no muro, senão tinha que vir para o alinhamento inicial, sugeriram baixar uma parte do muro até 17 cm para não ter água lá dentro e não ficar prejudicado, e dessa forma evitar que o outro Sr. batesse lá com o carro. Foi a melhor maneira que se encontrou para resolver esta situação e para não estarem a deitar todo o muro abaixo uma vez que não tinha sido construído segundo o alinhamento inicial, ou seja sem licença da Câmara. Sabe que a garagem já foi feita há muitos anos, mas não pode responder se foi feita demasiado à frente. Cortar aquele bocado não faz diferença nenhuma ao Sr. António. Explica que estas questões são devidamente analisadas. Há pessoas que dizem que aquele terreno até é público. O Sr. Presidente de Junta não devia ter ido fazer o muro sem respeitar o alinhamento. Em relação ao requerimento do Sr. António Albuquerque Ferreira, informa que vai ver em que ponto está. Informa que neste caso a Câmara só se vai pronunciar se o terreno é dele ou não. Desde que as estradas em causa sejam estradas nacionais, uma vez que são as *Estradas de Portugal* que dão a licença e que é a eles que as pessoas pagam a licença, são eles que fazem o alinhamento, a Câmara não se pronuncia mais sobre isto. A Câmara só diz se o terreno é ou não dele para o poder vedar. Isto porque já teve uma divergência muito grande em tempos: A Câmara dizia que o alinhamento era por um lado e as *Estradas de Portugal* diziam que era por outro, e acabaram por fazer segundo o alinhamento deles.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que a vedação está implícita na autorização. Diz no documento que não pode ter mais de meio metro.

O Sr. Presidente da Câmara: Isso tem a ver com as características do muro. Explica que o alinhamento já foi feito pelas *Estradas de Portugal S.A.*. Em relação ao Cemitério, o Sr. Vereador Nuno Bártolo já tinha chamado a atenção uma vez por causa dos muros do Cemitério, mas como já explicou o Cemitério merece-lhes o maior respeito e consideração. Se puderem fazer uma obra que os orgulhe no futuro, é o que tentam fazer. Pode haver uma ou outra situação em que a pedra entrou mais para baixo mas quando a terra for ao sítio provavelmente ficará a ver-se. Não são assim tantas pedras como se julga. Puseram as divisões interiores em granito, como da parte de fora, porque o Cemitério é um sítio que tem importância para muita gente, é um sítio sentimental. Informa que as obras estão quase a terminar, vai ficar uma obra linda que vai orgulhar a Autarquia e as pessoas do concelho. Em relação à EB1 de Sátão, não vai falar mais no assunto. Relativamente às acessibilidades à Vila, informa que o projecto está a terminar,

e provavelmente para fins de Julho serão contactados os proprietários que têm lá terrenos para chegar a um possível acordo e dar início ao projecto. Informa que neste momento tem uma listagem de todas as pessoas que vão ser afectadas e a quantidade de terreno que a estrada vai absorver. Estão numa situação bastante avançada. As pessoas que têm pouco terreno, será pago na totalidade porque vai ser todo absorvido, os que têm mais, vai ver se há alguma possibilidade de acordo para aquilo passar a zona de construção uma vez que está com a Revisão do PDM.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que aquela zona já era zona de construção no antigo PDM.

O Sr. Presidente da Câmara: Esclarece que por enquanto não é, só é zona de construção depois do PDM ser aprovado. Explica que a maior parte não é zona de construção no antigo PDM.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que havia uma parte até ao desnível que era zona de construção.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que o projecto virá a Reunião de Câmara, e depois à Assembleia Municipal, para considerarem aquela estrada de interesse público a fim de que , nos casos em que não se chega a um acordo, a Câmara possa entrar com um processo de expropriação. Salienta que a Câmara procurará sempre num primeiro tempo chegar a acordo com os proprietários.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Pergunta se o projecto mantém na mesma as quatro faixas e se não é largo de mais, isto com base na primeira versão do projecto.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que o projecto foi reduzido em mais ou menos 2 metros em relação à primeira versão: a estrada vai ter 4 faixas, duas de cada lado, um separador ao meio de 1 metro, passeios com árvores, estacionamento, uma ciclo-via e a parte central leva apenas candeeiros. São mais ou menos 600 metros desde o Campo de Futebol até lá cima. Informa que se não houver problemas será posta a concurso ainda este ano, com obras de saneamento, água, electricidade e telefone, mas vai depender depois da negociação com os proprietários dos terrenos. A Câmara vai fazer as obras e aquela parte vai ficar urbanizada, os terrenos passam a terrenos de construção, e é natural que, uma vez que as pessoas ficam com os terrenos urbanizados, haja uma compensação para a Câmara.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que ali era terreno de construção, não os que estão lá para trás. Acrescenta que já lá há casas. Dessa forma o problema da escola ficava resolvido.

O Sr. Presidente da Câmara: Em relação ao 3º Centro Educativo, explica que gostava de auscultar primeiro o Conselho Municipal de Educação uma vez que é uma parte integrante e um órgão consultivo da Câmara e de todo o concelho. Informa que tem uma reunião do Conselho Municipal de Educação marcada para a próxima sexta-feira de tarde e esta questão faz parte da Ordem de Trabalhos. Refere que se prevê, por uma falta de recursos e por falta de dinheiro, uma reorganização muito grande na educação no concelho. Informa que já foi contactado e que vai ter uma reunião em Coimbra com os Presidentes dos Agrupamentos, a Dr.^a Ana Cristina, o Dr. Pinto e o Dr. Eduardo porque

o Governo prevê um mega agrupamento para o concelho, o que vai suscitar muitas alterações. Salienta que em relação ao 3º Centro Educativo tem a sua própria ideia.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Pergunta qual é a ideia do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da Câmara: Responde que ficarão a saber dentro de pouco tempo porque virá a uma próxima Reunião de Câmara. Explica que têm de ter em conta uma série de dados: número de alunos, se houve diminuição ou se se prevê um aumento desse número, ouvir a opinião do Conselho Municipal de Educação, para depois decidirem.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Pede esclarecimentos em relação ao mega agrupamento.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que neste momento existem dois agrupamentos, o de Sátão e o de Ferreira de Aves, e a escola Secundária; depois ficará apenas um Director que englobará tudo. Refere que como não foi ouvido nem achado para a criação dos dois agrupamentos, também não quer ser ouvido nem achado para criação de um único. A DREC é que tem que resolver. Este será um dos pontos abordados na reunião em Coimbra. Outro ponto será “futuras construções” porque a ideia do Governo e da DREC é englobar tudo num e se não for preciso construção nenhuma, não a faz. Em relação à comemoração do Dia Mundial da Criança, explica que o objectivo não foi poupar dinheiro porque vão gastar algum. Vão comemorar no Largo de S. Bernardo, à semelhança do ano passado, e escolheram um dia feriado para dar a possibilidade aos pais de acompanharem os filhos, daí a escolha do dia 10 de Junho. Informa que a Câmara disponibiliza transporte aos meninos que queiram vir. A seguir ao dia 1 de Junho tinham o domingo dia 6 mas coincidia como a Feira do Vinho de Rio de Moinhos e não queriam estar a interferir.

A Sr.ª Vereadora Rosa Carvalho: Tendo um feriado no dia 03 de Junho, acha que teria sido mais adequado escolher essa data por ser mais próxima do Dia da Criança.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que não se pensou nessa possibilidade mas que escolheram o dia 10 por essas razões.

A Sr.ª Vereadora Rosa Carvalho: Refere que antigamente a Câmara fazia o Dia da Criança junto com os professores e o que tem verificado nos anos em que não tem sido feito, é que não vêm assim tantas crianças ao Largo de S. Bernardo. Como é professora numa escola de aldeia, não têm tanta facilidade em proporcionar um dia diferente às crianças. Lembra-se que quando vinham todas as crianças das aldeias ao Sátão, era um dia especial para eles. Acha que, mais do que noutras ocasiões, o Dia da Criança devia ser um dia mesmo especial para as crianças e propõe à Dr.ª Zélia, uma vez que estão nas reuniões do Conselho Geral e no início do ano preparam as actividades, se não seria conveniente, nos anos futuros, incluir esse dia no Plano de Actividades. Na sua opinião é um dia mesmo especial para as crianças, devíamos dar-lhe um carácter especial.

O Sr. Presidente da Câmara: Informa que cada um é livre de ir ou não, não critica isso mas salienta que nos dias em que têm organizado o Dia Mundial da Criança têm tido muitas crianças e muitos pais. Refere que nem todas as escolas vinham ao Dia Mundial da Criança quando a Câmara organizava para as escolas e dá o exemplo concreto da

escola de Rio de Moinhos. Dá outro exemplo: no dia em que houve uma peça de Teatro para as crianças no Cine-Teatro, a escola da Sr.^a Vereadora Rosa Carvalho também não veio, provavelmente porque teria outra coisa organizada.

A Sr.^a Vereadora Rosa Carvalho: Explica que por esse motivo disse à Dr.^a Zélia que quando a Câmara propõe estas actividades às escolas, tem que ter em conta que as escolas têm o seu Plano e as suas actividades definidas. Se forem prevenidos para este tipo de actividades no início do ano quando estão a fazer esta organização, tentariam coordenar melhor as coisas.

O Sr. Presidente da Câmara: Em relação às outras actividades, a Sr.^a Vereadora Rosa Carvalho poderá ter alguma razão mas em relação ao Dia Mundial da Criança não porque todos sabem quando é o Dia Mundial da Criança. Sabendo que a Câmara gasta algum dinheiro para ter aqui jogos e outras coisas para as crianças, é natural que todas as escolas participassem. No entanto, a escola de Rio de Moinhos não veio uma vez ou duas.

A Sr.^a Vereadora Rosa Carvalho: Refere que não tem nada a ver com a localidade mas com a professora que está na escola.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que a Câmara gasta o mesmo dinheiro e se os professores fizerem questão de ser comemorado no próprio dia e de se fazer como anteriormente, não vê qualquer inconveniente. Volta a referir que não foi escolhido o dia 1 simplesmente porque não era feriado e a ideia era que os pais pudessem acompanhar os filhos. Se os professores entenderem todos que querem marcar para o dia 1 de Junho para o ano, podem acertar com a Dr.^a Zélia. Em relação à obra na Corujeira, informa que o processo entrou na Câmara e que o terreno está em nome do dono da obra, é um francês. O problema que existe é que não há junção dos dois artigos para que a obra possa ser feita. A explicação que lhe deram na altura é que estava a ser tratado na Conservatória. Nesse sentido, fez um despacho no qual autorizou o início da obra mas deu um prazo de 3 meses para entregarem esse documento. No fim dos 3 meses se não o apresentarem, a obra será embargada. Fez isso e assume a sua responsabilidade. Acrescenta que é o Pelézinho que anda a construir e que na semana passada falou com ele chamando a atenção para o facto dos 90 dias estarem a chegar ao fim e se não tivesse o documento, a obra parava imediatamente e ele disse que a Dr.^a Virgínia estava a tratar disso. Informa que o prazo acaba mais ou menos na próxima semana e agirá conforme ficou definido.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que a junção dos dois artigos é que viabilizaria a construção, não devia ser dada autorização.

O Sr. Presidente da Câmara: Reconhece que é um risco que corre. Se entretanto a junção não foi feita, que teve tempo para isso, a obra pára até que a junção seja feita ou pode ficar parada se não poder ser feita.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Eles estão a arriscar.

O Sr. Presidente da Câmara: Já não é um problema da Câmara.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: No seguimento da intervenção do Sr. Vereador Paulo Santos, quer dizer que os Vereadores do Partido Socialista estão nas reuniões de câmara com muito gosto e não é com esse tipo de intervenção que os vai intimidar no sentido de não trazerem à Câmara os assuntos que entendem que são do interesse do concelho. Como o Sr. Vereador Paulo Santos terá noção, o PDM é evidentemente um assunto de grande interesse para o concelho e afirma que vão continuar a trazer estes assuntos, e não vale a pena vir com o discurso de campanhas eleitorais porque estão aqui com uma missão que lhes foi confiada pelas pessoas. Acrescenta que houve mais pessoas que confiaram na equipa do PSD mas também houve muita gente que confiou na equipa do PS. Em relação ao Sr. Presidente, percebeu perfeitamente a explicação que deu sobre a Feira Quinzenal mas salienta que não é aí que queria chegar: esclarece que quando referiu que se projectavam mal as coisas, não se referia ao facto de agora ter mudado, é a forma mal projectada já do mandato anterior em que antes de se fazer um recinto de raiz, andou a Feira a título provisório a realizar-se da forma como se fez. Fez entender-se mal. Termina dirigindo-se ao Sr. Presidente de Câmara dizendo-lhe que já não é a primeira vez que em reuniões de câmara, quando alguma coisa corre menos bem, está sempre a apontar para o Governo mas também é bom que vá dizendo que tem cá muita coisa que se deve ao Governo: vai ter o 3º Centro Educativo, tem a EB1 de Sátão, o Jardim de Infância de Ferreira de Aves, o Centro de Saúde, a requalificação da estrada para Viseu, a projecção de uma nova ligação Sátão/Viseu, isso são coisas da culpa do Governo.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Esclarece que a sua intenção não é intimidar ninguém, não é esse o seu objectivo. Sendo Vereador em regime de permanência, se não estiver na reunião está noutro lado ao serviço da Câmara porque está 24h ao serviço. O que quer dizer é que são 11h30 e a lei diz que o Período Antes da Ordem do Dia tem um limite, assim como o nosso Regulamento. Não é para seguir à risca mas se estes assuntos que estiveram a tratar forem importantes, e reconhece que o são, sugere que sejam agendados para se irem tratando e as pessoas virem preparadas com eles. Volta a repetir que estas coisas acontecem mais nas reuniões públicas, não sabe porquê, talvez por causa da presença da Rádio Sátão

O Sr. Presidente da Câmara: No seguimento da intervenção do Sr. Vereador Nuno Bártolo, quer esclarecer umas coisas e relembra que há obras que são do Governo e há obras que são da Autarquia: a EB1 de Sátão é uma obra da Autarquia, o Jardim de Infância de Lamas também.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Sublinha que o Sr. Presidente tem que dizer que são obras participadas.

O Sr. Presidente da Câmara: Em relação ao Jardim de Infância de Lamas informa que a participação não chegou a 50%. São obras participadas pelo QREN e a EB1 foi participada ainda pelo III Quadro Comunitário de Apoio a mais ou menos 60%, mas é uma obra da Câmara. Pergunta por que é que o Sr. Vereador Nuno Bártolo quando se refere ao Centro de Saúde também não diz que é uma obra do Governo que a Câmara participou.

ORDEM DE TRABALHOS

Órgãos da Autarquia

1 Nomeação de Carlos Manuel Bento Duarte como Comandante Operacional Municipal

A Câmara, por unanimidade, ratificou o despacho do Sr. Presidente que nomeia o Sr. Carlos Manuel Bento Duarte como Comandante Operacional Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que a Câmara tem que ter um Comandante Operacional Municipal e segundo o Diário da República, terá de ser uma pessoa com algumas características e sobretudo que tenha estado ligada aos Bombeiros, nomeadamente que tenha sido comandante por mais que uma época ou duas. Como necessitam de ter a Comissão Municipal de Protecção Civil em funcionamento para aprovar o Plano de Emergência Municipal, faltava nomear o Comandante, daí ter feito um despacho. Explica que a nomeação é da inteira responsabilidade do Presidente de Câmara e que não traz encargos financeiros nenhuns porque neste caso concreto é funcionário da Câmara. Continuará como funcionário da Câmara, a auferir o mesmo vencimento. A Câmara terá apenas que lhe conceder alguns dias para tratar de certos assuntos.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Refere que tem duas notas em relação a este ponto:

- a nomeação é da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara e nesse sentido o Sr. Presidente nomeia quem bem entender, não tem nada a opor;
- relativamente à pessoa em causa, o Sr. Comandante Bento, foi tantos anos Comandante dos Bombeiros Voluntários de Sátão, desempenhou outras funções de maior responsabilidade, é uma pessoa pela qual têm o maior apreço, que na área ligada aos bombeiros tem provas mais do que dadas, é uma pessoa que de facto tem toda "a ferramenta" , toda a experiência, toda a sabedoria para desempenhar uma missão desta natureza e mesmo até do ponto de vista pessoal porque é uma pessoa pela qual nutrem simpatia e respeito. Refere o último parágrafo do Despacho do Sr. Presidente de Câmara onde se lê: *" o exercício de funções de Comandante Operacional Municipal (COM) por parte do nomeado não comporta aumento de despesas com o pessoal"*. Declara que, sendo o Sr. Carlos Bento uma pessoa com todas as qualidades e os atributos que todos lhe reconhecem, um senhor que trabalha há tantos anos nesta casa, abraçar agora esta missão sem ter qualquer recompensa económica, conciliada com o facto de que foi público e na altura até prestou declarações, nomeadamente à Rádio Sátão, de que deixou de exercer funções nos Bombeiros por razões de saúde relacionadas com o coração, o que lhes parece, e o tempo dirá se têm razão ou não, é que esta nomeação "traz água no bico". Isto porque sabem que brevemente vai haver a ocupação em termos de Câmara de um Técnico Superior de Protecção Civil. Esperam que a admissão do Quadro Técnico de Protecção Civil não tenha nada a ver com esta nomeação do Sr. Carlos Bento. Vão aguardar para ver o que irá acontecer e, se for o caso, se estiverem enganados, com humildade, redimirem-se "do pecado" que aqui deixam.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que há pessoas que têm uma ideia das coisas um pouco fora da realidade: o Plano de Emergência do concelho de Sátão também é um projecto que foi feito e que é apoiado pelos fundos comunitários e isto também se deve ao facto da Câmara fazer as coisas a tempo. Tiveram essa preocupação e é por isso que as finanças da Câmara de Sátão vão andando bem. Neste momento a Câmara precisa da Comissão de Protecção Civil nomeada e instalada caso contrário não podem andar com o Plano de Emergência para a frente, tem de ser aprovado. Explica que contactou duas pessoas para exercer este cargo: o Sr. Vereador Paulo Santos, porque em tempos foi segundo comandante dos bombeiros também e portanto enquadrava-se na Lei, e o Sr. Carlos Bento, nesse aspecto se calhar mais à vontade porque foi comandante dos bombeiros durante muitos anos e porque ser Comandante Operacional Municipal não é uma situação que lhe provoque tantos problemas como se fosse Comandante dos Bombeiros, que exige um esforço bastante maior. O Sr. Vereador Paulo, que já está ao serviço da Câmara 24h como ele já referiu, disse que não seria a pessoa mais indicada porque iria perder muito tempo mas que aceitava se mais ninguém aceitasse. O Sr. Carlos Bento aceitou esse cargo sem qualquer problema, apenas pediu alguns dias. Neste momento não tem mais ninguém dentro do concelho de Sátão que tenha sido comandante dos bombeiros e que queira desempenhar estas funções sem ganhar nada. Em relação a “trazer água no bico”, não responde, o Sr. Vereador Nuno Bártolo pode interpretar como quiser, explicou o que fez mas não pode dizer o que acontecerá para a frente.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Sublinha que já tiveram a franqueza de dizer que se redimiam se estivessem errados mas têm a sensação que foi feito “um fato à medida do freguês”.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que neste caso nem o Sr. Vereador Paulo Santos nem o Sr. Carlos Bento vão ser Técnicos Superiores de Protecção Civil da Câmara Municipal de Sátão.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Concorde com esta declaração mas quer ver quem será o Técnico Superior de Protecção Civil.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que o povo português anda a ser enganado há não sabe quantos anos e a Manuela Ferreira Leite é que tinha razão porque se verificou que de facto isto “está de tanga”, de tal maneira que não sabe se este ano vão receber o 13º mês, não está a afirmar, é uma possibilidade. Numa altura em que vivemos com tantos problemas, dá e exemplo do Secretário de Estado do Orçamento que contratou uma secretária a ganhar 4.000€ por mês, o que está mal. Depois o Governo diz que temos de poupar. Salaria que na Câmara procura manter as coisas controladas.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Não é o que lhes tem parecido.

O Sr. Presidente da Câmara: Convida o Sr. Vereador Nuno Bártolo a ir ver quanto é que a Câmara deve, em que posição está e como é que está a pagar as suas facturas.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Reconhece que a situação dos 4.000€ por mês está mal mas adianta que está ainda pior o Sr. Presidente já ter aumentado o pessoal de 173 para 210, porque é ainda mais desperdício.

O Sr. Presidente da Câmara: Responde que é mentira e que é por esta e por outras que quando vierem as próximas Actividades de Enriquecimento Curricular vai dizer ao Governo para as vir fazer ou então em vez de agir segundo a sua consciência e fazer contratos às pessoas porque têm esse direito, passará a fazer recibos verdes uma vez que vai ter novamente essa possibilidade. Esses 17 ou 18 já explicou que são professores e todos os funcionários que meteu na Câmara foi porque precisava deles mas sublinha que os meteu controlando a despesa da Câmara. Além disso, têm feito um bom trabalho. Não vê ninguém "à boa vida", ao contrário do que muitas pessoas dizem. Tem algum critério nisso, agora não meteu nenhum técnico superior a ganhar 4.000€, ganham todos o ordenado mínimo dentro da sua categoria.

2- Discussão e votação de proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista

Os Vereadores do partido Socialista apresentaram a proposta que a seguir se transcreve:

"Quer por uma questão de igualdade de tratamento de todos os Municípios, quer por uma questão de racionalização e moralização dos recursos financeiros da Autarquia, propõe-se que o Município de Sátão deixe de custear, total e definitivamente, quer o fornecimento de energia eléctrica, quer o fornecimento de água da rede pública, a quaisquer residentes no Concelho de Sátão, ou seja, contrariamente à postura que até agora, injustificadamente, se tem verificado. Com efeito, deverá o Município comunicar tal intenção aos actuais beneficiários e conceder-lhes um prazo, nunca superior a 60 dias, a contar de tal comunicação, para regularizarem, a expensas suas, quer o fornecimento de energia eléctrica, quer o fornecimento de água da rede pública. Findo tal período de 60 dias, deverá o Município, sem mais qualquer aviso prévio, proceder ao corte definitivo de tais serviços de fornecimento."

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Refere que a proposta é perfeitamente explícita e vem no seguimento da discussão anterior sobre a racionalização de recursos e receitas. Esta proposta nasce no seguimento daquilo que tem sido algumas observações e anotações que os Vereadores do Partido Socialista têm deixado em termos de Reunião de Câmara. Pensam que por uma questão de moralidade, de justiça e de racionalização dos recursos, não faz sentido que a Câmara ande a custear esses serviços a determinadas pessoas em prejuízo de outras que se calhar até são mais carenciadas e não têm esse apoio por parte da Câmara Municipal. O ideal nestas coisas seria a Câmara Municipal pagar o fornecimento de electricidade e de água a todos os municípios, uma vez que isso

não é possível, defende a adopção de um critério de uniformização que reponha justiça entre os residentes e munícipes do concelho.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Refere que, do seu conhecimento, não existem situações destas no concelho, pensa que todas as pessoas estão a ser tratadas da mesma maneira em relação a estes serviços. Existe uma situação pontual que se refere aos indivíduos de etnia cigana, só falta lá essa palavra, parece que se tem medo de dizer. Já aqui foi referido várias vezes que os indivíduos de etnia cigana estão a usufruir da água e da electricidade a título gratuito. É um problema que não foi criado nesta vereação nem na anterior nem até na penúltima. Foi uma maneira que o então Presidente da Câmara arranjou para retirar os ciganos daquele espaço onde está hoje o Centro de Saúde. Também não concorda que eles estejam a usufruir destes serviços de graça mas entende o seguinte: a Câmara está empenhada em resolver a situação com a qual se comprometeu e tem havido contactos nesse sentido com uma firma que veio fazer uma proposta para a implantação de casas pré-fabricadas e sabe também que o Sr. Presidente tem tido contactos com os serviços que superintendem na Habitação Social e que haverá disponibilidade para uma participação na implantação dessas mesmas habitações. Na sua opinião pessoal, em relação aos indivíduos de etnia cigana, e uma vez que a Câmara está a tratar do assunto, que também não se pode adiar por muito tempo, será de manter. Não se pode cortar a água de um momento para o outro porque todos sabem o que isso poderia originar. Não vale a pena armar-se em herói e dizer "se fosse eu, cortava já" porque sabemos que daí adviriam reacções, sendo um povo com características próprias, temos que saber lidar com eles. Defende o empenhamento na resolução da questão da Habitação Social para que seja resolvido o mais breve possível. Refere que neste momento não temos condições de chegar ao acampamento e cortar-lhes a água e a electricidade. Já foi cortada a electricidade para os obrigar a cumprir determinadas regras, nomeadamente em relação aos cavalos. É um problema que herdaram e que não é de fácil resolução, não vê qual seja a resolução imediata, poderá aguardar mais uns meses e passar pela resolução da Habitação Social, que não deverá ultrapassar um ano, e aí sim, tal como está a acontecer com os moradores da actual Habitação Social que pagam a luz e a electricidade, passarem a pagar esses serviços como todos.

O Sr. Presidente da Câmara: No seguimento do que disse o Sr. Vereador Paulo, que é responsável por essa área, volta a referir que no concelho não existem situações dessas pelo que verificaram que se tratava do acampamento dos indivíduos de etnia cigana. Informa que a Câmara neste momento está perto de ter o problema resolvido, quer em relação ao terreno onde serão implantadas as próximas casas, quer em relação às próprias casas que vão ser construídas. Será uma construção rápida, eficiente e barata. Já tiveram uma reunião, terão outra para a semana com as pessoas que irão fazer essas casas. Em relação aos terrenos, está quase o acordo feito. Tendo isto em conta, também não vê uma necessidade urgente em cortar a água e a electricidade porque vão ter problemas: não sabem se nas próprias barracas terão condições para instalação de contadores e teria que ficar em cada fila um contador para eles todos. Estando

neste momento a tratar do problema e tentando resolvê-lo com a máxima urgência, julga que podem aguardar. São 11 famílias, 4 foram realojadas, faltam 7. Retomando as palavras do Sr. Vereador Nuno Bártolo, que disse que não compreendia porque é que se estaria a levar 250€ a um indivíduo para ter direito a um lugar para estacionar à frente do seu estabelecimento, se a Câmara gastar agora uns 250€ para pagar a electricidade e a água a pessoas que neste momento estão inteiramente desfavorecidas, sabendo que os há piores e iguais a eles, não vê que seja tão grave. O que ressalva aqui é que estão em vias de facto para resolver esta situação. Dentro de 15 dias trará a Reunião de Câmara o projecto completo com a identificação do terreno, as obras que vão ser feitas, o valor das obras, julga que uma vez que será resolvido a curto prazo, não há necessidade de fazer isso. A sua opinião neste momento é tratar com a mesma equidade todos os indivíduos do concelho de Sátão mas aguardar mais um tempo..

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Após esta explicação, refere que pode haver aqui uma nuance. Ficou de algum modo sensibilizado mas está um pouco céptico porque já há muitos anos que ouve dizer que vão resolver o problema dos indivíduos de etnia cigana para a semana. Não se importa de prolongar para mais tarde esta situação se for definida uma data concreta. Agora se for num tempo indeterminado, votam a proposta. Quer que a sua posição fique clara: não é para indivíduos de etnia cigana, é para toda a gente. Em relação aos ciganos têm conhecimento da situação mas desconhecem se há outras. Não está aqui a discriminar raças, está a tentar pôr alguma equidade nas situações porque é algo que se comenta em todo o lado, nós a pagarmos impostos cada vez mais altos e eles a beneficiarem e ainda gozam.

O Sr. Presidente da Câmara: informa que do seu conhecimento não há outras situações.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que se isto está para ser resolvido e se tem um prazo mais ou menos definido, podem pensar na situação.

O Sr. Presidente da Câmara: Compromete-se a trazer na próxima Reunião de Câmara Pública o projecto das casas (vão ser casas em banda), o preço delas (dá o exemplo de um T3 que custa aproximadamente 45.000€) e o terreno em questão. Já falou com os proprietários, são 3 e está quase resolvido. Está tudo muito adiantado, vão analisar isto para depois pôr a concurso. Refere que também está preocupado com esta situação, a maneira como eles vivem, a situação em que eles estão e a situação que todos vêem no dia-a-dia. É uma situação que quer ver resolvida. Explica que isto não esteve parado, no ano anterior tentou falar com os Presidentes de Junta e só Águas Boas e Vila Longa é que aceitaram receber famílias de etnia cigana. Informa que têm dinheiro no IHRU especificamente para alojar indivíduos de etnia cigana. Existe um projecto pronto para construir um prédio ao lado do que já existe. Mas entende que colocá-los ao lado daquele que já lá está, onde já estão alguns, vai criar uma situação explosiva por isso optou por outra solução em que cada um teria um pequeno terreno vedado.

O Sr. Vereador Joaquim Lopes: Acha que será um erro confrontarem-se uns aos outros votando uns contra e outros a favor quando isto é tão simples. Se acreditarmos naquilo que foi exposto, daqui a duas ou três semanas o assunto será mais esclarecido por isso seria bom retirarem a proposta.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Declara que a proposta é para votar.

A Câmara, com 3 votos a favor e 4 votos contra, sendo estes dos Vereadores do PSD, deliberou indeferir a proposta em causa.

Declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Santos: *" Voto contra esta proposta porque sabe que o objectivo fundamental é atingir os indivíduos de etnia cigana e porque ninguém aponta a esta Câmara uma outra situação deste tipo. Embora discorde do facto deles não pagarem a água e a electricidade tal como os outros munícipes deste concelho, tenho a plena consciência de que é uma situação que poderá ser explosiva, que nós herdamos e como foi explicado pelo Sr. Presidente, estará em vias de resolução uma vez que já haverá um pré-acordo para a localização das futuras casas e já há um contacto para a aquisição dessas mesmas casas. Sou da opinião que não tem interesse para o concelho estarmos agora a tomar uma posição destas porque iríamos arranjar um conflito terrível, quando nós, dentro de tempo, não poderá ser anos mas meses, resolveremos este assunto em definitivo. Entendo que deveria ter havido uma coragem de dizer que esta proposta se referia aos indivíduos de etnia cigana."*

Declaração de voto do Sr. Presidente da Câmara: *" Voto contra esta proposta pelas razões que acabei de explicar. Esta situação é uma situação que nos preocupa. Mais do que entrar em confronto com etnias ou outras pessoas, trata-se da resolução do assunto que a todos nos preocupa e a mim como Presidente de Câmara me tem preocupado bastante. Fazia parte inclusivamente da primeira vez que me candidatei resolver este assunto e portanto vou procurar resolvê-lo de certeza absoluta e não vou chegar ao fim do mandato sem resolver esta situação. Foram feitas várias negociações e neste momento este problema encontra-se em vias de resolução, daí ter a firma certeza de saber aquilo que estou a votar contra."*

3Casa da Cultura de Sátão - Negociação do direito de passagem

O Sr. Presidente da Câmara: Informa que encostado à Casa da Cultura de Sátão e um terreno que ali há dos pais do Sr. Manuel Pina, havia anteriormente uma passagem pequena. Uma vez que as obras vão começar no dia 21 ou 22 de Junho, era necessário chegar a um acordo com os herdeiros dos pais do Sr. Manuel Pina. Verificou-se que havia 6 herdeiros e o Sr. Leonel Pina, representante dos herdeiros, disse que devia dar pelo menos 500€ a cada herdeiro pelo que propõe uma indemnização de 3.000€ pelo direito de passagem que tinham dentro do terreno da escola antiga, para não ter que recorrer ao Tribunal.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar o pagamento de 3.000€ aos herdeiros dos pais do Sr. Manuel Pina a título de indemnização pelo direito de passagem que tinham dentro do terreno da antiga escola.

4 Artur Ferreira Cardoso - Pedido de realização de baile – Ratificação

A Câmara, por unanimidade, ratificou a autorização dada pelo Sr. Presidente para a realização de baile nos dias 15 e 16 de Maio em Vila Boa.

5 Proposta n.º 11/2010 - Pedido de autorização para abertura de concurso por tempo indeterminado na carreira de Assistente Operacional

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a Informação n.º 11/2010, que se transcreve:

“De acordo com o Mapa de Pessoal, aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e no intuito de dotar os serviços da Autarquia com os elementos considerados necessários, solicita a autorização para a abertura do seguinte concurso:

Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado

1 Assistente Operacional.”

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que não é um lugar novo, é um lugar que existe e que é ocupado por um senhor que já não pode fazer mais contratos por tempo determinado.

A Câmara, com 4 votos a favor e 3 abstenções, sendo estas dos Vereadores do Partido Socialista, aprovou a Proposta n.º 11/2010.

6 Regulamento e lista de prémios para o Concurso Pecuário das Festas de S. Bernardo

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Concorde com o Regulamento e explica que depois de aprovado pela Câmara vai ser homologado pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, não há nada a opor. No entanto, pensa que na raça mirandesa, deveria haver um prémio para o macho. Existe para a raça frísia e não há para a raça mirandesa. Acha que é uma falha. Dessa forma completaria e daria uma certa igualdade entre a raça frísia e a raça mirandesa.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que se calhar não consta porque não há machos de raça mirandesa no concelho mas aceita a sugestão e informa que vai transmitir ao Veterinário Municipal.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Continua referindo que esta raça na região é escassa apesar da qualidade da carne e da célebre “posta à mirandesa”. É uma raça que tem muitas qualidades e até pensa que o que deu fama à fábrica da Veiga

foi antigamente o leite de vaca amarela que dava uma manteiga de excelente qualidade.

O Sr. Presidente da Câmara: Acrescenta que foi a melhor manteiga do país e que ganhou o primeiro prémio da medalha de ouro na Serra da Estrela.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Explica que esse leite era proveniente de raça mirandesa porque na altura não havia frísias. Pensa que tanto pela qualidade da carne como do leite, merecia estar devidamente destacada. Até porque esta raça é uma raça corpulenta que era utilizada na tracção animal. Foi uma raça bastante útil na região, agora há muito pouco e se calhar até é uma forma de incremento.

A Câmara, por unanimidade, aprovou o Regulamento e lista de prémios para o Concurso Pecuário das Festas de S. Bernardo, com a sugestão de incluir um prémio para a raça mirandesa- macho.

Divisão Administrativa e Recursos Humanos

1 Carlos Jorge dos Santos Aguiar - Pedido de realização de baile – Ratificação

A Câmara, por unanimidade, ratificou a autorização dada pelo Sr. Presidente para a realização de baile nos dias 15 e 16 de Maio em Vila Cova.

2 António Carlos de Oliveira Costa - Pedido de licenciamento de divertimento público – Ratificação

A Câmara, por unanimidade, ratificou a autorização dada pelo Sr. Presidente para a realização de divertimento público - música ao vivo, no dia 09 de Maio em Contige.

3 Francisco José da Silva Cabral - Pedido de realização de baile – Ratificação

A Câmara, por unanimidade, ratificou a autorização dada pelo Sr. Presidente para a realização de baile nos dias 22 e 23 de Maio no Espírito Santo.

4 Luís Carlos dos Santos Marques - Pedido de realização de baile nos dias 28, 29 e 30 de Maio

A Câmara, por unanimidade, deliberou deferir o pedido de autorização de baile para os dias 28,29 e 30 de Maio em Lamas.

5 Manuel Afonso Pereira Ferreira - Pedido de realização de baile nos dias 11, 12 e 13 de Junho

A Câmara, por unanimidade, deliberou deferir o pedido de autorização de baile para os dias 11,12 e 13 de Junho na Meã.

6 ZAATAM - VII Encontro de Música Popular de Sátão - Pedido de apoio financeiro

A Câmara, por unanimidade, deliberou atribuir 135€ por cada agrupamento presente no VII Encontro de Música Popular de Sátão.

O Sr. Vereador Paulo Santos não participou na discussão e votação deste ponto.

Divisão Financeira

1 Obras Sociais

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Pelo que têm percebido e do que foi falado na última reunião, o Tribunal de Contas entende que agora já não é possível atribuir esse subsídio.

O Sr. Presidente da Câmara: Informa que a Câmara de Viseu deixou de pagar as Obras Sociais desde Maio ou Junho do ano passado. Saiu também no Orçamento de Estado que as Câmaras só poderiam dar dinheiro para as Obras Sociais para a área social, cultural e desportiva mas não fala de saúde, pelo que terá provavelmente de acabar. Como isto é uma situação que vai mexer com pessoas, é a Câmara que terá de deliberar. O Tribunal de Contas defende que não é possível. Refere que a Câmara de Sátão pagou as Obras Sociais até Dezembro de 2009, eram atribuídos 5.000€ por mês. Não fez os pagamentos desde Janeiro deste ano porque é preciso atribuir um subsídio mas como o Tribunal de Contas chamou a atenção para isso, e tendo em conta a posição da Câmara de Viseu e o facto de vir neste Orçamento de Estado, têm que deliberar e dar uma resposta às Obras Sociais.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Refere que as Obras Sociais fizeram uma exposição e o Secretário de Estado mandou um parecer que não é bem explícito. Teme o seguinte: se não atribuírem agora um subsídio mas se também não disserem não, espera que daqui para a frente não sejam confrontados com as Obras Sociais. Acrescenta que a nível do Governo também não está bem esclarecido porque o Sr. Presidente tem dois pareceres que divergem da posição do Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que um dos pareceres dirige-se mais à Câmara de Lisboa. O problema que se põe no fundo é a Câmara estar a pagar a assistência de saúde de duas maneiras: através do pagamento da ADSE e subsidiando as Obras Sociais.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Concorda perfeitamente com isso. Refere que isso tem um histórico e que ainda por cima há duas opiniões diferentes.

O Sr. Presidente da Câmara: Sublinha que agora o Governo é que levanta o problema e além disso vem contemplado no Orçamento de Estado: a Câmara Municipal só pode atribuir subsídios para actividades recreativas, culturais e sociais mas nunca para a saúde e o subsídio que a Câmara de Sátão atribui é só para a saúde.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Explica que as Obras Sociais têm creche, tinham um minimercado e outras coisas das quais nós não usufruíamos. A única coisa é que no final do ano dão aos filhos dos funcionários menores uma prenda de Natal, do ponto de vista social é o único benefício. Os sócios que queiram ir a Viseu almoçar também têm direito à cantina.

O Sr. Presidente da Câmara: Sugere a seguinte posição: uma vez que tudo aponta para que isto acabe, a Câmara deve tomar a resolução de deixar de pagar as Obras Sociais. Se entretanto o Secretário de Estado vier dizer que a atribuição de subsídio é legal, a Câmara volta a reactivar as Obras Sociais. Tendo em conta tudo o que já referiu, é esta a sua opinião.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Uma vez que existem dúvidas jurídicas, o Tribunal de Contas tem uma posição e os juristas têm outra, neste momento os Vereadores do Partido Socialista não defendem o corte nem a continuação.

O Sr. Presidente da Câmara: Insiste no facto da Câmara ter que deliberar e enviar essa deliberação às Obras Sociais. A partir do momento que haja legislação que confere a possibilidade à Câmara de atribuir um subsídio para sistemas de saúde, uma deliberação do Poder Central a dizer que é perfeitamente legal, a Câmara torna a reactivar as Obras Sociais. Refere que neste momento não vai votar isso a favor.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Chama a atenção para a data de efeito da suspensão, se for a partir de hoje podem exigir o pagamento dos meses em atraso.

O Sr. Presidente da Câmara: Informa que já lhes explicou por telefone que não atribuía subsídio nenhum a partir de Janeiro deste ano enquanto a situação não for resolvida e foi daí que pediram uma deliberação da Câmara.

O Sr. Vereador Paulo Santos: Salaria que o problema é que as farmácias têm estado a fazer os descontos.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que as Obras Sociais têm pago até uma certa parte porque tinham lá ainda dinheiro. Não quer de maneira nenhuma fazer um corte das Obras Sociais, esclarece que se trata de cumprir uma lei geral.

O Sr. Vereador Joaquim Lopes: Refere que vota a favor desta proposta do Sr. Presidente e acrescenta que vai um pouco ao encontro da proposta do Partido Socialista que apreciaram antes porque estamos aqui a discriminar um pouco os munícipes deste concelho, uns têm um direito que outros não têm.

O Sr. Presidente da Câmara: Concorde com esta declaração do Sr. Vereador Joaquim e explica que está a pagar dos serviços da Câmara Municipal, através de um subsídio de 5.000€ por mês, para as Obras Sociais do Presidente, Vereadores e funcionários da Câmara.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Explica que isso é considerado salário, assim como por exemplo ter um telemóvel, um carro, não em termos fiscais mas em termos patronais porque o salário não é só o que se recebe em numerário. A assistência que os funcionários têm em termos de saúde faz parte da compensação pelo trabalho que têm. Em termos de rescisão de um contrato, no Tribunal de Trabalho vai-se aferir quanto ganhava o trabalhador mas também aquilo a que tinha direito, é tudo contabilizado.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que o Sr. Vereador Nuno Bártolo está a fazer confusão porque neste caso tem que se atribuir um subsídio. Os funcionários da Câmara já têm todos um sistema de saúde, a ADSE, que a Câmara paga.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Insiste que este complemento também faz parte, é uma regalia.

O Sr. Presidente da Câmara: Explica que não é um complemento nem uma regalia, é um subsídio que a Câmara está a atribuir. Além disso, explica que no Distrito de Viseu só há 5 Câmaras que têm as Obras Sociais: Viseu, Sátão, Penalva, Oliveira de Frades e Mangualde.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Refere que a Câmara paga um determinado valor por mês para as Obras Sociais e cada um dos funcionários pode usufruir disso se adoecer, para fazer um exame complementar de diagnóstico ou aviar uma receita na farmácia, isto faz parte da compensação que o funcionário da Autarquia tem, tem o ordenado e outras regalias.

O Sr. Vereador Joaquim Lopes: Dar esse subsídio para que os funcionários tenham direito a essa regalia quando os outros munícipes não a têm acha que é discriminação.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Está a perceber mas refere que nesse caso estão a falar da Câmara como uma entidade patronal. Quando falam em fornecimento de água ou electricidade, recolha de lixo, abertura de estradas, estão a falar da Câmara como entidade administrativa que gere o concelho e aí têm que ter igualdade de tratamento para com os munícipes. Nesta situação das Obras Sociais, está a falar da Câmara não como gestora do concelho mas como entidade patronal dos funcionários que tem.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que o problema não é bem igual, isto tinha suporte legal e agora surgiu uma dúvida.

O Sr. Vereador Joaquim Lopes: Esclarece que concorda com a atribuição deste benefício aos funcionários da Câmara tendo em conta os vencimentos baixos que têm e pensa que isto tenha sido criado com essa intenção. Mas defende que os munícipes têm todos os mesmos direitos porque o dinheiro que está em causa também é dele e de todos.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que quando a Câmara admite funcionários, quando o Governo e os Ministérios não admitem ninguém, o dinheiro também é seu.

O Sr. Presidente da Câmara: Afirma que quando o Governo não admitir mais ninguém, fará imediatamente o mesmo na Câmara.

A Câmara, com 4 votos a favor e 3 abstenções, sendo estas dos Vereadores do Partido Socialista, deliberou suspender a atribuição de subsídio para o ano 2010 às Obras Sociais, até que seja esclarecida a legalidade da comparticipação no que respeita à Assistência Médica.

Este ponto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Câmara: Declara que a abstenção é um direito que têm mas neste caso “nem é carne, nem é peixe”. Para estar bem deveriam votar contra a proposta.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Refere que não se estão a refugiar na abstenção para não ser a parte odiada, mas para verem a sua boa fé porque como oposição seria mais fácil dizer que estão contra o corte deste subsídio porque é um direito que os funcionários têm, mas é que aqui há mesmo dúvidas e foi por essa razão que os Vereadores do Partido Socialista se abstiveram.

O Sr. Presidente da Câmara: Declara que se a situação for esclarecida e se verificar que é perfeitamente legal, compromete-se a voltar a trazer este assunto a Reunião de Câmara.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que ficaram na dúvida porque o Tribunal de Contas tem uma posição mas há pareceres jurídicos em contradição.

O Sr. Presidente da Câmara: Refere que há dois pareceres, um do Dr. Sérvulo Correia que tem mais a ver com a Câmara de Lisboa, e outro do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa. Refere que ficou admirado pelo facto da Câmara de Viseu cortar as Obras Sociais porque têm uma creche, um restaurante, um minimercado e portanto pode atribuir um subsídio, no entanto foi a primeira Câmara a suspender, e sendo o Dr. Ruas Presidente da ANMP é porque há-de ter alguma ideia.

2- Consipel - Revisão de preços provisória da Construção do Jardim Infantil de Lamas

A Câmara, por unanimidade, deliberou, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, autorizar a Revisão de preços provisória da Construção do Jardim Infantil de Lamas num valor de 15.072,02€.

O Sr. Presidente da Câmara: Informa que enquanto até agora era da inteira responsabilidade do Presidente de Câmara até nestes pagamentos, com o novo

Estatuto do Eleito Local que vai sair, os serviços são responsabilizados pelas informações que fazem.

Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos

1 Bar A Gota - Esplanada coberta – Autorização

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Refere que do parecer técnico, o que entenderam é que a sugestão de indeferimento da parte técnica não tem nada a ver com legalidade mas simplesmente com uma questão estética.

O Sr. Presidente da Câmara: Quando o problema não é estético e tem a ver com legalidade, nem se pronuncia sobre isso. Deslocou-se ao local com o Eng.º Carlos e é só uma questão de estética, o Adolfo até disse que faria uma coisa bonita, toda em vidro. No entanto, têm que ter em conta que, pelo menos naquela rua, têm que ter a mesma posição para todos, conforme o que deliberarem. É evidente que têm de trazer a autorização do senhorio quando não forem proprietários. Sendo assim, não vê qualquer inconveniente e até pode ser considerado amovível.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Refere que tem de haver normas e que tem de vir um projecto à Câmara. Acha que é mesmo amovível.

A Sr.ª Vereadora Rosa Carvalho: Defende que o facto de ser amovível deve ser uma das condições.

O Sr. Vereador Nuno Bártolo: Uma vez que se trata só de uma questão estética e se houver um mínimo de exigência para não ficar ali uma coisa feia, os Vereadores do Partido Socialista também não vêem qualquer problema. Acrescenta que até acha que pode ficar ali uma situação agradável.

O Sr. Vereador Jorge Figueiredo: Volta a questionar se é puramente estética e se não tem nada a ver com o PDM.

O Sr. Presidente da Câmara: Confirma que não estão em causa questões técnicas que ponham em causa a segurança ou o PDM.

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir um parecer favorável para a construção de uma esplanada coberta no Bar A Gota desde que haja um projecto bem elaborado, bonito e que esteja de acordo com os requisitos mínimos dos serviços técnicos.

2- Afrodite Bar - Pedido de prolongamento de horário até às 04,00 horas nas noites de Sexta para Sábado e de Sábado para Domingo

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar o alargamento de horário até às 4 horas da manhã de sexta para sábado e de sábado para domingo ao Afrodite Bar uma vez que mudou de gerência. Se se verificar reclamações por excesso de barulho, ser-lhe-á retirada a autorização.

Pagamentos: *Foi fornecida uma relação dos pagamentos efectuados entre os dias 7 e 27 de Maio.*

Encerramento: *E não havendo mais nada a tratar foi dada por encerrada a reunião.*

E eu -----, Chefe de Divisão a redigi e subscrevi

O PRESIDENTE

ADENDA À ACTA Nº. 10/2010

REUNIÃO COM O PÚBLICO

Não foi efectuada reunião com o público por não haver munícipes inscritos.